

É IMPERATIVO INCREMENTAR A PRODUÇÃO NACIONAL DE LEITE DE PEQUENOS RUMINANTES

É crucial incrementar a produção de leite dos pequenos ruminantes para a sustentabilidade da pecuária extensiva, a valorização dos queijos de excelente qualidade que produzimos e a redução da nossa dependência externa de queijo. Criar rendimentos em regiões desfavorecidas de baixa densidade populacional, contribuir para a redução do risco de incêndio, a manutenção da paisagem e da biodiversidade, a adaptação e a mitigação das alterações climáticas serão outras mais-valias.

Nuno Alvarenga, Maria do Rosário Marques, João Paulo Carneiro, Pedro Reis

Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária



Centro de Competências da Caprinicultura



Gil Garcia



Raça caprina Serpentina.



A importância económica dos queijos de pequenos ruminantes

Portugal produz queijos de ovelha e de cabra de qualidade reconhecida, mas é deficitário na produção de leite para estes mesmos queijos, sendo importante aumentar a produção nacional de leite de pequenos ruminantes e reduzir a sua importação. Acresce que, em geral, somos também deficitários em queijo, com um grau de autoaprovisionamen-

to que se tem vindo a agravar. Além disso, o setor enfrenta desafios e constrangimentos vários, mas também existem oportunidades a explorar como se pode observar na análise SWOT apresentada na Figura 1.

Em Portugal, existem 12 registos (DOP/IGP) na categoria de queijos de ovelha, de cabra ou mistos. Um dos registos (Queijo da Beira Baixa DOP) inclui três tipos de queijos (de Castelo Branco, Amarelo

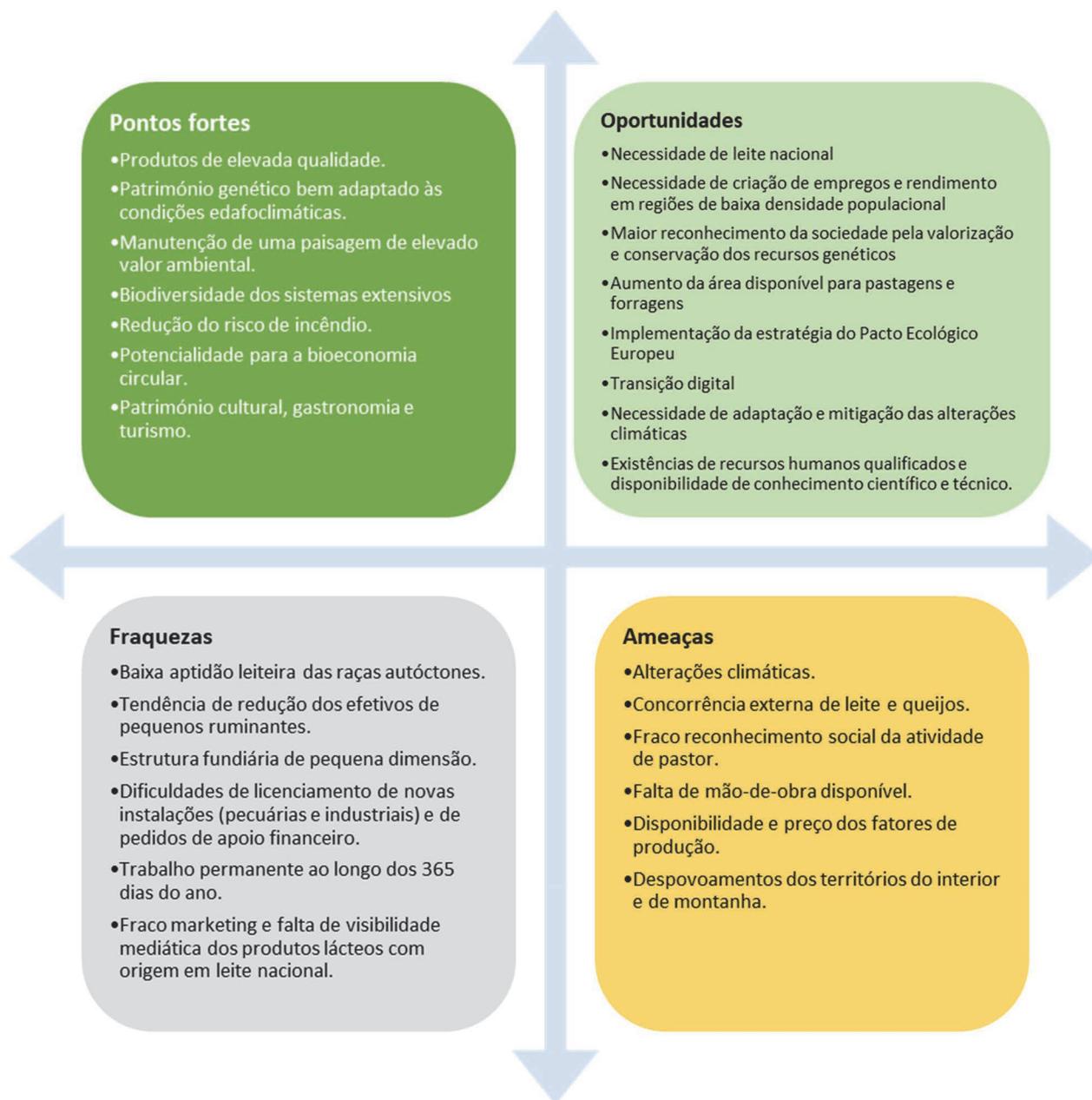


Figura 1 – Análise de SWOT à fileira do queijo dos pequenos ruminantes.

e Picante), pelo que 14 tipos de queijo usufruem de proteção de qualidade. Apenas um, o queijo Mestiço de Tolosa, está registado como IGP, os restantes treze são DOP. Destes 14 queijos, 12 são produzidos com leite de ovelha, cabra ou mistura, 11 dos quais são produzidos em regiões extremamente desfavorecidas, ou seja, a faixa interior que vai desde Trás-os-Montes e Alto Douro até ao Baixo Alentejo interior. Esta diversidade, de qualidade pelo reconhecimento através dos DOP e IGP, ilustra bem a importância dos queijos de pequenos ruminantes em todo o território continental.

Portugal é deficitário em produção de queijo, com um grau de autoaprovisionamento de 65,1% no último triénio (2019–2021), e que tem vindo a decair (no triénio 2010–2012 foi de 67,9%) (GPP, 2022). A orientação exportadora (exportação/produção) é relativamente baixa – 10,1% (média do último triénio), sendo que a produção nacional satisfaz apenas 56,3% do consumo aparente (médio do último triénio). Resumindo, quase todo o queijo produzido em Portugal é para consumo interno e satisfaz pouco mais de metade do consumo doméstico.

Outro indicador interessante é a evolução do consumo *per capita*. O consumo de queijo tem vindo a crescer, registando um aumento de 18,1%, entre os triénios de 2010–12 e 2019–2021), tal como a manteiga, que teve uma taxa de crescimento, no mesmo período de tempo, de 21,2%. Em sentido contrário, o consumo *per capita* de leite, quase exclusivamente de vaca, tem vindo a decrescer (-15,6% para o mesmo período de tempo), bem como o consumo de leite acidificado (incluindo iogurtes), que teve um decréscimo de 7,1%. Assim, é clara a evolução positiva do consumo de queijo, onde se inclui, naturalmente, o de ovelha.

No último triénio (2019–2021), a produção anual total de queijo e requeijão foi de 87,8 kt, 74,1% das quais de queijo de vaca. A produção de queijo tem vindo a aumentar, 12,6% no total e 12,0% para o queijo de vaca (média entre triénios), mas a um ritmo inferior ao consumo de queijo, o que se reflete no decréscimo do nível de autoabastecimento.

A concluir, há uma evolução crescente no consumo de queijo, mas a produção de leite não está a

acompanhar esta evolução. A falta de leite, sobretudo dos pequenos ruminantes, é um travão ao crescimento do setor e tem como consequência o não aproveitamento de benefícios associados (económicos, sociais e ambientais).

O contributo para o património natural e cultural, a coesão territorial e a gestão sustentável do território

Em mercados cada vez mais exigentes, em que o consumidor quer encontrar disponível um produto durante todo o ano, a produção de leite de pequenos ruminantes não pode estar só dependente das raças nacionais exploradas, maioritariamente em sistemas extensivos, e com produções sazonais. Assim, para aumentar a nossa autossuficiência em leite de pequenos ruminantes, é fundamental apoiar a instalação de jovens empresários agrícolas dispostos a apostar em raças exóticas de elevada produção e menor sazonalidade, exploradas em sistemas semi-intensivos a intensivos, com grande apetência para a digitalização dos sistemas e para a inovação na utilização dos recursos. As raças exóticas são cruciais para a viabilidade e competitividade da exploração de ovinos de leite, mas tal não significa o abandono das nossas raças autóctones, antes pelo contrário. Entre as raças autóctones ovinas, as raças Serra da Estrela e Churra Mondegueira são as únicas autorizadas para a produção do queijo Serra da Estrela DOP, com grande notoriedade nacional e internacional, mas além delas existem outras raças leiteiras (raça Saloia) ou de aptidão mista que contribuem para a produção dos nossos queijos tradicionais e para a manutenção dos territórios onde estão inseridas, o mesmo se aplicando às raças caprinas.

Portugal, sendo um país pequeno, tem uma grande biodiversidade em termos de raças de pequenos ruminantes. São atualmente reconhecidas 16 raças ovinas e seis caprinas (DGAV, 2021). A biodiversidade das nossas raças é bem o espelho da sua adaptação às condições edafoclimáticas em que foram exploradas ao longo dos séculos. São animais com grande rusticidade e resiliência a situações climáticas extremas, que produzem produtos de elevado



Figura 2 – Raça ovina Churra Algarvia.

valor nutricional e organolético a partir de recursos muitas vezes escassos, e em territórios não aproveitáveis por outras espécies ou raças nutricionalmente mais exigentes, pelo que a sua preservação é cada vez mais crítica. Tem sido feito algum trabalho de melhoramento genético destas raças, mas este terá de ser intensificado de modo a aumentar a sua produtividade, mantendo, no entanto, as suas características únicas em termos de qualidade do leite para o fabrico de queijo. Para além da importância das raças autóctones acima referidas, é crucial preservá-las, pela sua rusticidade e adaptação às condições edafoclimáticas (que se irão agravar com as alterações climáticas) e pela singularidade que confere aos queijos regionais.

A criação de raças autóctones de pequenos ruminantes permite proteger, *in situ*, o valioso património genético que é, indiscutivelmente, muito superior ao rendimento obtido através da comercialização dos produtos delas derivados. Por sua

vez, a criação extensiva destes animais, muito bem-adaptados a estes sistemas milenares, contribui para a redução do risco de incêndios, tanto pela redução de carga combustível vegetal, como pela criação de mosaicos agrossilvopastoris. A atividade pastoril, sobretudo a silvopastorícia, também favorece a regeneração da vegetação natural, o que é um contributo para a biodiversidade e enriquecimento dos ecossistemas.

Nos últimos anos, tem-se verificado um forte crescimento da agroindústria portuguesa e, concomitantemente, da disponibilidade no mercado de maiores quantidades de subprodutos (ex. bagaço de azeitona, bagaço de uva, capota de amêndoa, polpas de citrinos, polpa de beterraba, repiso de tomate, subprodutos da produção da batata-doce). Estes subprodutos são importantes fontes de nutrientes primários (ex. proteína, fibra, energia), mas também de compostos bioativos (ex. polifenóis, carotenoides e vitaminas), o que lhes agrega valor e

multifuncionalidade. Pela sua disponibilidade e valor nutricional, os subprodutos agroindustriais podem constituir recursos alimentares alternativos de produção local, substituindo matérias-primas convencionais e importadas, como os cereais e as oleaginosas na alimentação animal.

A incorporação crescente destes produtos nas dietas de pequenos ruminantes permitirá assim:

1. Aumentar a sustentabilidade dos sistemas de produção animal, atualmente muito dependentes da flutuação de preços das matérias-primas nos mercados internacionais;
2. Reduzir a pegada ecológica associada ao transporte e utilização de alimentos para os animais;
3. Reduzir a concorrência entre alimentação animal e humana por recursos finitos (terra, água, combustíveis fósseis para fertilização e transporte);
4. Reduzir a dependência externa em matérias-primas para a alimentação animal, das quais Portugal é deficitário.

Estes sistemas de pecuária extensiva associados à indústria agroalimentar podem, através da bioeconomia circular, dar um forte contributo para a sustentabilidade ambiental e para a redução da nossa dependência externa.

Em Portugal, existem condições para se conseguir implementar, de uma forma sustentável, a produção de mais e melhor alimento para os rebanhos de aptidão leiteira, sendo necessário considerar: (1) A alimentação dos efetivos em pastoreio é a forma mais adequada sob o ponto de vista energético, ambiental e económico, por comparação com outras fontes alimentares (ex. feno e silagens), sendo fundamental o investimento na instalação e melhoramento das pastagens; (2) No entanto, na garantia da estabilidade do rendimento de produção leiteira, também é preciso assegurar, durante boa parte do ano, a alimentação necessária em quantidade e de elevada qualidade nutricional, incluindo os alimentos forrageiros; as forragens conservadas complementam as pastagens na prossecução deste objetivo; (3) Portugal tem um corpo técnico e um nível de conhecimentos técnico-científicos muito

valioso na prossecução do uso eficiente dos fatores de produção, nomeadamente na gestão de áreas com grande representatividade no País, como é o caso das pastagens permanentes que ocupam mais de metade da superfície agrícola utilizada (INE, 2021); (4) As tecnologias de Agricultura 4.0, com possibilidade de integrar inovações tecnológicas nos processos produtivos, são de grande utilidade ao nível do levantamento e planeamento nas explorações agrícolas, e no uso mais eficiente dos fatores de produção e dos consumos intermédios (ex. fertilizantes, combustíveis, sementes), com os consequentes impactes positivos nos custos de produção e na proteção do ambiente.

O incremento da capacidade de produção de leite de ovelha implica melhoria do efetivo leiteiro, do manejo dos animais, das pastagens e suplementos alimentares, de mais investimento, de mais apoios financeiros e de maior capacitação dos recursos humanos, da criação de mais valor na fileira produtiva e de uma melhor repartição dos rendimentos pelos produtores. Para que tudo isto seja mais eficaz e eficiente, é preciso entender melhor o setor, nomeadamente na perspetiva socioeconómica, para se saber como intervir de forma mais informada e baseada no conhecimento. 📍

Bibliografia:

- DGAV (2021). *Efetivos das Raças Autóctones Portuguesas 2019–2021*.
- GPP (2022). *Indicadores de comércio internacional leite e lacticínios*.
- INE (2021). *Recenseamento Agrícola – Análise dos principais resultados – 2019*.